

# Memórias

## de um jornalista (1)



Por

**DOMINGOS  
SILVA ARAÚJO**

ANTIGO DIRETOR  
DO "DIÁRIO DO MINHO"

Ao contrário do que seria desejável, dirigir um jornal não é tarefa fácil. Sujeitos a "pressões" de vária ordem e natureza, os diretores dos jornais, ao mesmo tempo que assumem por inteiro um serviço à comunidade, carregam também sobre os ombros inúmeras e constantes incompreensões. O Padre Dr. Domingos Silva Araújo (agora *Monsenhor*), que durante quase três décadas dirigiu o "Diário do Minho", já escreveu diversos artigos sobre a história deste jornal. Decidiu, agora, tornar públicas algumas das suas "memórias" enquanto jornalista – "memórias essas muito centradas, desta feita, no período do PREC ("Processo Revolucionário em Curso"). Sendo o Jornalismo um assunto de natureza "cultural", vem a talhe de foice publicar neste caderno essas "memórias" – que permitirão aos leitores "tomar consciência" das dificuldades por que passa quem assume a nobre missão de "informar" e "formar", com rigor e honestidade, os demais cidadãos.

Dada a extensão destas "Memórias de um jornalista", publicá-las-emos em várias partes – durante este mês de novembro (mês "emblemático" do período a que Monsenhor Silva Araújo se refere neste trabalho).

### 1 – Introdução

«Memórias de um jornalista que procurou ser padre» é o título exato do trabalho que decidi escrever. Em mim, jornalismo e sacerdócio sempre andaram unidos. Sou jornalista porque sou padre. Iniciei o ministério sacerdotal como prefeito e professor no

Seminário de Nossa Senhora da Conceição, mas o que mais preencheu a minha vida foi o jornalismo. Trabalhei no «Diário do Minho», posso dizer dia e noite, a partir de 01 de julho de 1969. Fui, a meu pedido, dispensado da direção do jornal em 31 de agosto de 1997 mas aceitei, como condição exigida pelo arcebispo D. Eurico Dias No-

gueira, não me desligar totalmente deste meio de comunicação, mantendo nele a minha colaboração. É o que tenho feito.

Por motivos que não vêm ao caso, em 2010 escrevi «Um capítulo da história do Diário do Minho». Tencionava deixar ficar por aí as recordações da minha atividade jornalística. Aconteceu,

porém, que, a convite de Eduardo Jorge Madureira Lopes, em 08 de julho [de 2015] participei, na Casa-Museu Nogueira da Silva, num colóquio sobre jornalismo e jornalistas no Verão Quente de 1975, integrado no programa da Feira do Livro, realizada em Braga no mês de julho.

A preparação do colóquio fez com que, uma vez mais, abrisse o baú das memórias. Resolvi, então, escrever um outro capítulo, em que vou falar do «Diário do Minho» e não só. Recordo, sem a preocupação de ser exaustivo, tempos vividos pela Comunicação Social, sobretudo pela imprensa escrita, durante o chamado PREC – Processo Revolucionário em Curso, que decorreu entre 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975. Um período escaldante em que Portugal esteve prestes a cair numa ditadura semelhante à que vigorou na ex-União Soviética, a que quiseram dar o nome de democracia popular.

No que agora escrevo começo pela minha entrada no jornalismo, consequência da minha opção pelo sacerdócio. No dia da ordenação sacerdotal, em 15 de agosto de 1959, prometi obediência e reverência ao arcebispo D. António Bento Martins Júnior e seus sucessores. Essa obediência implicava

a minha disponibilidade para servir a Igreja onde o Bispo diocesano entendesse que deveria exercer o ministério sacerdotal. E o arcebispo D. Francisco Maria da Silva, em certa altura, entendeu que o devia fazer entregando-me, de corpo e alma, ao jornalismo.

### 2 – O jornalismo que vivi

Vem de longe esta minha tendência para escrever nos jornais. Nasceu nos meus tempos de estudante e foi estimulada por Mons. António Araújo Costa, ao tempo arcebispo de Guimarães e prior da Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Criou, no semanário «O Conquistador», «A Página», aberta à colaboração dos seminaristas do arcebispo de Guimarães, onde assinei textos com o anagrama Siara. Nela publiquei pela primeira vez, em 22 de dezembro de 1955, uns versos.

Teve como primeiro diretor o falecido Eduardo Lobo Pinto de Carvalho. Sucedeu-lhe o Hilário Oliveira da Silva (Avlis). Dirigi-a entre 10 de julho de 1958 e 09 de abril de 1959 e passei o testemunho ao Armando Luís de Freitas (Alfrei).

No semanário «Colina Sagrada», que veio a substituir «O Conquistador», dirigi, desde 04 de feve-



*Mons. Domingos Silva Araújo foi nomeado para trabalhar na Redação do "Diário do Minho" em 1 de julho de 1969 pelo Arcebispo D. Francisco Maria da Silva (à esq.) – e dispensado, a seu pedido, do cargo de Diretor em 31 de agosto de 1997, pelo Arcebispo D. Eurico Dias Nogueira (à dir.)*



reio de 1960 a 28 de setembro de 1967, uma «Página Cultural» (dedicada às Letras, Artes, Filosofia e História).

Mas foi D. Francisco Maria da Silva quem me atirou para o jornalismo profissional.

Juntamente com o falecido Padre António Pereira da Silva, numa manhã de 1967 fui ao Paço conversar com D. Francisco sobre pastoral em meio operário. Aquele sacerdote era assistente diocesano da Juventude Operária Católica (JOC e JOCF), e eu, da Liga Operária Católica (LOC e LOCF). Terminada a conversa, o Prelado despediu o P. António e quis falar particularmente comigo. Disse-me ser seu desejo que estudasse jornalismo. Deu-me 24 horas para pensar, mas recomendou-me que não consultasse ninguém.

Expirado o prazo, fui ter com ele e ficou decidido que iria estudar jornalismo.

Onde, se em Portugal não havia tais cursos?

Era vontade de D. Francisco que fosse para Madrid. Pedi-lhe que me deixasse ir para Pamplona, pois ali tinham estudado recentemente amigos meus.

Ficou acertado que, para as despesas, a Diocese me daria dois mil escudos por mês, e que só estaria em Pamplona durante dois anos. Por sugestão do professor Luka Brajnovic matriculei-me como aluno ordinário no primeiro ano e ouvinte no segundo e, depois, como ordinário no terceiro e ouvinte no quarto.

Concluí o curso em 31 de maio de 1969.

Após uns dias passados com a família, recebi um telefonema a dizer que D. Francisco queria falar comigo. Disse-me ser vontade sua que fosse trabalhar para a Redação do «Diário do Minho» e entregou-me uma carta, manuscrita, que transcrevo: «R.mo Senhor Pe. Domingos da Silva Araújo Braga

A partir do dia primeiro de Julho, é-lhe confiada a direcção da secção editorial da Empresa Diário do Minho.

Simultaneamente, é-lhe conferida a missão de ser o representante pessoal do Ordinário Diocesano junto do jornal «Diário do Minho». Para assuntos de carácter doutrinário, deverá estabelecer contacto contínuo, directo e até pessoal, com o Prelado ou seus legítimos representantes; e, para problemas de ordem económica, com Mons. Manuel Vaz Coutinho, a

quem, nesse sector, foram dados poderes especiais.

Deus guarde V.<sup>ª</sup> Rev.<sup>ª</sup>

Braga, 26 de Junho de 1969  
+ Francisco, Arc. Primaz»

Entrei para a Redação do «Diário do Minho» em 01 de julho de 1969. Em 09 de janeiro de 1970 fui nomeado subdiretor e, em 15 de abril do mesmo ano, diretor. Saí, a meu pedido, em 31 de agosto de 1997, mas com o compromisso de prosseguir a colaboração no jornal.

### Oficinas e Redação

A Empresa do Diário do Minho encontrava-se no n.º 122 da Avenida Central, no prédio onde hoje se situa a Livraria Centésima Página.

No rés do chão, à frente, situavam-se os Serviços Administrativos. Por trás era a Oficina. Por cima da Oficina, no primeiro andar, com uma varanda voltada para o quintal, ficava a Redação. A comunicação entre uma e outra fazia-se por uma escadaria de pedra.

Todavia, o modo mais fácil de comunicar era através de um buraco existente num dos cantos do soalho, protegido por um resguardo de madeira para que lá se não metesse o pé. Pendente do buraco havia um cordel na ponta do qual existia uma mola em que se prendiam os originais ou as provas tipográficas. Para que se soubesse se havia material pendente batia-se com o cordel no resguardo do buraco.

Havia a Casa de Obras e o Jornal. Aquela fazia trabalhos de artes gráficas para os clientes que o desejassem e funcionava como suporte económico do jornal, que me diziam ser deficitário.

Na Oficina havia dois turnos de trabalho: o do dia e o da noite. Aquele, chefiado por Fernando Vilaça, trabalhava, em princípio, para a Casa de Obras. Este, tendo por chefe Joaquim Barbosa, trabalhava, em princípio, para o jornal. Quando era necessário, de dia adiantava-se para o jornal e de noite, para a Casa de Obras. O jornal era tratado como o parente pobre da empresa. As melhores máquinas eram as mais utilizadas pela Casa de Obras.

Existia a composição manual e a composição mecânica, com duas Linotype e, se me não engano, outras tantas Typograph. Nestas, o operador trabalhava de pé. Na composição manual o tipógrafo, de pé, compunha a linha



**A Empresa do Diário do Minho encontrava-se no n.º 122 da Avenida Central, no prédio onde hoje se situa a Livraria Centésima Página (na foto).**

no componedor, juntando letra por letra, para o que tinha de saber de cor a caixa: um tabuleiro com muitos compartimentos (caixotins) onde se guardavam os caracteres. Na composição mecânica compunha-se, em chumbo, uma linha de cada vez.

Quando era necessário emendar gralhas, na composição mecânica tinha de se fazer uma linha toda nova. Acontecia de, ao emendar uma gralha, surgir outra. Daí a abundância de gralhas, que um comerciante, situado à entrada da Rua dos Chãos, se dava ao trabalho de apanhar. Depois afixava na montra pedaços do jornal com as gralhas assinaladas.

Para os títulos, não havia na caixa,

em número suficiente, caracteres da mesma família e do corpo (tamanho) desejado, o que contribuía para que a página aparecesse como uma manta de retalhos. Porque o jornal era impresso por partes, às vezes desmontava-se uma página impressa, a fim de se utilizarem os caracteres na página que se ia imprimir.

Quando entrei para o Jornal, na Redação tinha como material de apoio a lista dos telefones, o dicionário de Moreno e um aparelho de rádio.

Os originais, por via de regra, escreviam-se à mão nos chamados linguados, constituídos por tiras de folhas de papel almaço ou

de 35 linhas cortadas a meio. As primeiras máquinas de escrever de que a Redação pôde dispor foram oferecidas pelo P. Francisco Marques, então pároco de Ferreiros, a pedido do Cônego Eduardo Melo.

Tínhamos telex, através do qual recebíamos o noticiário da ANI – Agência Nacional de Informação. Tínhamos uma máquina de fotografar, que utilizava material em plástico mas não ampliava nem reduzia as imagens.

Quando precisávamos de fotografias encomendávamo-las ao Mário Faria, da *FotoChic*.

Fazia-se muito trabalho com tesoura e cola, utilizando sobretudo os jornais da tarde: «Diário do Norte», «Diário de Lisboa», «Diário Popular», «A Capital». A Empresa tinha uma única linha telefónica para servir a Administração e a Redação. Durante o dia estava mais ao serviço da Administração.

### Uma Igreja dividida

A Igreja de Braga atravessava, então, um período muito difícil. Enfrentava uma grave divisão interna de que, só em parte, dá notícia a revista «Ação Católica». Havia quem contestasse a severidade e o rigor de D. Francisco Maria da Silva.

Na minha condição de sacerdote procurei ser fiel ao Magistério da Igreja e ao Bispo diocesano. Diversas vezes me encontrei numa situação semelhante à de Afonso de Albuquerque, quando desabafou: mal com os homens por amor de el-rei; mal com el-rei por amor dos homens...

Pouco depois de entrar para a Redação vi-me, juntamente com os falecidos Mons. Manuel Vaz Coutinho, administrador da Empresa do «Diário do Minho», e Cônego Carlos Francisco Martins Pinheiro, que veio a ser bispo de Dume mas ao tempo era Vigário Geral da Arquidiocese, envolvido no primeiro de vários processos judiciais. Foi nosso advogado o falecido Dr. Tinoco de Faria, e o processo não chegou a julgamento. Foi arrumado no que suponho se chamava o “despacho saneador”.

Neste primeiro período diversas pessoas amigas me ajudaram com os seus conselhos. Recordo particularmente António dos Santos Palha, que diariamente ia à Redação ler os jornais que recebíamos de permuta, e Dr. Jaime Carvalho de Lemos, advogado.



Muito me auxiliou também com a sua colaboração o P. José Barbosa Pinto, S.J., particularmente no contributo que o «Diário do Minho» deu à implementação da reforma litúrgica do Vaticano II. Com esta finalidade tinha solicitado colaboração a um outro colega, mas preferiu avançar com uma publicação própria, concretizando algumas das ideias que lhe tinha exposto. Comecei a pagar o preço de me não ter filiado em nenhuma das multinacionais do clero.

#### Após o 25 de abril

A segunda situação complicada que enfrentei foi originada pelo 25 de abril de 1974.

Também aqui procurei ser fiel à minha condição de sacerdote, pelo que procurei agir em sintonia com o Magistério da Igreja e em obediência ao Bispo diocesano.

Quando aconteceu a Revolução, além de dirigir o «Diário do Minho» lecionava a disciplina de Religião e Moral na Escola Preparatória de André Soares, porque o salário (chamavam-lhe gratificação) que do jornal recebia era irrisório. Nesta operou-se, a partir daí, uma transformação profunda. Fazia parte do grupo que executava, em regime de experiência, a reforma de Veiga Simão, ministro da Educação no regime depositado. Alunos até aí muito cordatos tornaram-se indisciplinados. Multiplicaram-se as reuniões, que se prolongavam durante longas horas, talvez com o propósito de cansarem as pessoas para que ficassem na sala apenas os que previam aprovassem o que se pretendia fosse aprovado. As votações eram feitas de braço ao ar. Não assisti a todas as reuniões. Ia trabalhar para o jornal e havia amigos que, quando previam a proximidade das votações, me avisavam. Lá ia a correr, para levantar também o braço, sempre de harmonia com a minha consciência.

No jornal, o trabalho era cada vez mais exigente. O pessoal da Redação era reduzido ao mínimo. A Administração da Empresa e o Bispo diocesano não queriam assumir compromissos com leigos, temendo infiltrações ideológicas e processos judiciais em caso de despedimentos. Não queriam jornalistas leigos com vínculo à Empresa. Durante muito tempo fui o único jornalista sindicalizado e com a situação regularizada.

Relativamente ao pessoal das Oficinas a situação era diferente.

No pós-25 de abril não faltava quem se arrogasse o direito de enviar comunicados para o jornal e de exigir fossem publicados na íntegra, sem qualquer tratamento jornalístico. Não faltava quem se apresentasse como porta-voz de um grupo que, às vezes, era constituído unicamente por si mesmo. Os sindicatos pressionavam os trabalhadores da Oficina que, honra lhes seja, sempre se entenderam bem comigo. Apenas houve duas greves: em 1981 (12 e 13 de novembro) e em 1986 (18 de dezembro), fora do chamado PREC, a que me refiro.

Numa altura de 1974, cujo dia não recordo, o Cónego Eduardo de Melo Peixoto convidou-me para jantar no Espacial, um restaurante situado na (hoje) Rua 25 de Abril. A dado momento disse-me que

o senhor Arcebispo, D. Francisco Maria da Silva, queria que eu deixasse de dar aulas e me dedicasse a tempo inteiro ao jornal, dado o condicionalismo em que se vivia. Para efeitos de vencimento, ficava equiparado aos sacerdotes que trabalhavam no Seminário. Era a prática de salário igual para trabalho diferente, de que sempre discordei mas tive de aceitar.

Praticamente não tinha horário de trabalho. Anos houve em que não fiz férias. Passava na Redação todo o tempo disponível. Era diretor, repórter, redator, revisor de provas, telefonista, porteiro. A partir de certa altura trabalhava também com a máquina de fotografar. Saía depois das duas horas da manhã.

A forma como orientei o jornal é do domínio público. Qualquer pessoa pode consultar os jornais da época.

Sempre procurei fazer um jornal em que o leitor pudesse identificar o que é informação, o que é opinião, o que é publicidade. Sempre defendi um são pluralismo, o que não significa que um jornal seja uma espécie de caldeirão onde cabe tudo. Que informe, com critério, do que interessa ao leitor ou daquilo por que o leitor se deve interessar. O critério manifesta-se na seleção e na valoração das notícias. Relativamente à opinião, defendi e defendo a existência de vários jornais afetos às diversas correntes de pensamento. Cada jornal atuará de harmonia com as linhas definidas no seu estatuto editorial. Procurei não me comprometer com nenhum partido nem comprometer o jornal. Procurei não ceder à extrema direita. Sempre afirmei a incompatibilidade entre Cristianismo e Marxismo. Sempre procurei distinguir entre

as pessoas e as ideias que professavam e os projetos de sociedade que defendiam. Recordo-me de que um dos textos que publiquei se intitulava: *ismos e istas*. Lutava contra alguns *ismos* mas respeitava os *istas*.

«Penso – escrevi um dia a um dos colaboradores – que uma das características de um jornal de inspiração cristã reside na crítica construtiva e não num derrotismo sistemático, em evitar extremos de direita ou de esquerda, em fugir de radicalismos, em transmitir uma mensagem de esperança, em não separar a denúncia dos erros do respeito pelas pessoas que erram, em denunciar o mal porque é mal mas sem qualquer ressentimento. Penso que devemos evitar tudo o que seja ataque pessoal, trate-se de quem se tratar.

Procuramos, cristamente, defender os pontos de vista cristãos e ajudar as pessoas a fazerem uma leitura cristã dos acontecimentos» escrevi.

Tive bom relacionamento pessoal com indivíduos ligados aos diversos partidos.

Tomei posição a favor da liberdade sindical, da liberdade de ensino, da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão. Denunciei a pretensão de nacionalizar a Faculdade de Filosofia, os saneamentos selvagens, as votações de braço ao ar, as prisões sem culpa formada.

Sempre tive presente a missão pedagógica do jornal, procurando, na medida em que podia, neutralizar o trabalho, quanto a mim nefasto, das campanhas de alfabetização e de dinamização cultural promovidas pela 5.<sup>a</sup> Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas, que denunciei. Com este objetivo, e dada a falta de colaboradores especializados, servi-me muito de transcrições.

Defendi a participação das pessoas na vida da comunidade, a coesão da família, a responsabilidade dos pais em matéria de educação.

Lembrei a, quanto a mim, verdadeira missão dos Meios de Comunicação Social.

Defendi uma democracia pluralista e alertei para o ilusório de manifestações de minorias muito ruidosas.

Esforcei-me, nem sempre o conseguindo, porque os colaboradores soubessem discordar sem ofender, defendendo os princípios cristãos com uma linguagem cristã. ▶

Continua no próximo número do caderno «Cultura»



**“A forma como orientei o jornal é do domínio público. Qualquer pessoa pode consultar os jornais da época. Sempre procurei fazer um jornal em que o leitor pudesse identificar o que é informação, o que é opinião, o que é publicidade. Sempre defendi um são pluralismo, o que não significa que um jornal seja uma espécie de caldeirão onde cabe tudo.”**